



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1009866-74.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Abuso de Poder**
 Impetrante: **Aga - Armazéns Gerais e Logística Ltda.**
 Impetrado: **LUIZ FERNANDO KAJITA -FISCAL DE RENDA DA SECRETARIA DA FAZENDA**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos etc.,

AGA – ARMAZÉNS GERAIS E LOGÍSTICAS

LTDA, qualificada nos autos, interpôs mandado de segurança em face de ato praticado pelo **DELEGADO REGIONAL TRIBUTÁRIO DE ARARAQUARA – DRT 15**; alegou que foi notificada para apresentar documentos fiscais devido a ocorrência de inconsistências, assim, após apurar que houve duplicidade de lançamento de uma mesma nota fiscal, requereu a possibilidade de efetuar o levantamento desta duplicação, fazendo após a retificação dos livros fiscais de forma a coibir a multa fiscal, utilizando-se da autorregularização constante na Lei Complementar nº 1320/2018. Pleiteou em tutela antecipada fosse obstada a continuidade da fiscalização, bem como, fosse permitido sua auto composição e, ao final, a concessão da segurança ratificando-se os termos da liminar. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela de urgência postulada foi indeferida. Contra esta decisão foi interposto agravo de instrumento, sendo concedido efeito suspensivo.

Ato contínuo, requisitou-se informações à autoridade coatora. Deu-se ciência ao correspondente ente público.

Notificada a autoridade coatora, prestou suas informações. A Fazenda do Estado de São Paulo interveio como assistente litisconsorcial. Ao final o representante do Ministério Público declinou de sua intervenção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Não há respaldo jurídico para a concessão da ordem.

Para que seja possível a autorregularização se faz necessário que haja espontaneidade, ou seja, que ela ocorra antes do procedimento formal de fiscalização. No caso dos autos, a impetrante optou pela autorregularização somente após notificação de início da fiscalização, fato este que excluiu a espontaneidade, impossibilitando, assim, a autorregularização.

A impetrante, ao invés de retificar as declarações prestadas enquanto não iniciado o procedimento fiscal, ficou-se inerte, contando com a sorte, tomando providências somente após as irregularidades descobertas pelo fisco.

No mais, o artigo 14 §§ 1º e 2º da Lei nº 1.320/2018, diz respeito à notificação de indício de irregularidade com possibilidade de saná-la, o que não configura início de ação fiscal e não afeta o efeito da espontaneidade, procedimento este diverso do que foi imposto à impetrante, vez que foi a autora notificada do início dos procedimentos fiscais, assim, sem a possibilidade de sanar as irregularidades ou de autorregularizar-se.

Não há, pois, respaldo para a concessão da ordem.

Ante o exposto, inexistindo nos autos direito líquido e certo **DENEGO A ORDEM** postulada na inicial.

Observe-se o efeito suspensivo concedido em sede de agravo de instrumento, remetendo-se cópia da sentença ao referido recurso.

Arcará a impetrante com o pagamento das custas e despesas processuais, estando isento dos honorários advocatícios, ao teor da Súmula 105 do S.T.J e art. 25 da Lei 12.016/2009.

P.I.C.

Araraquara, 07 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**